

Educação e capacitação profissional: desafios para a formação de novos agricultores familiares

Márcio Antonio de Mello e Milton Luiz Silvestro

Resumo

Este artigo discute a importância da educação formal no processo de formação de uma nova geração de agricultores e baseia-se em uma pesquisa realizada em 116 unidades de produção representativas da agricultura familiar do oeste de Santa Catarina, onde foram entrevistados os pais, os filhos e as filhas com idade entre 15 e 29 anos. Os resultados da pesquisa mostram que acabaram ficando nos estabelecimentos justamente aqueles filhos que tiveram menos tempo de estudo. Constatou-se que os jovens com idade entre 20 e 30 anos, potenciais candidatos à sucessão da unidade familiar, possuem um baixo grau de instrução formal, na grande maioria, apenas até a 4ª série do ensino fundamental, o que dificulta o desempenho da atividade agropecuária, bem como a organização e o desenvolvimento de novas oportunidades de renda, como é o caso da produção agroecológica, a agroindustrialização artesanal, o turismo rural, dentre outras. Isto sugere a necessidade de encontrar alternativas para recuperar o atraso escolar da maioria dos atuais e potenciais sucessores do estabelecimento paterno, bem como o desenvolvimento de métodos alternativos de educação formal que contribuam para valorizar o espaço rural e que fortaleçam as relações econômicas e sociais do espaço rural.

Introdução

Não existe atividade econômica

na qual as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Na maioria dos casos, e isto também ocorre na agricultura familiar do oeste catarinense, pelo menos um dos filhos continua a atividade paterna. Até o final dos anos 70, a continuidade da profissão de agricultor revestia-se do caráter de uma obrigação moral e o conhecimento que o jovem adquiria com a sua família era considerado suficiente para gerir o estabelecimento agrícola e continuar o processo sucessório. Hoje, a agricultura é uma atividade que se transforma mais rapidamente e as novas oportunidades de renda que surgem no meio rural, como é o caso da produção agroecológica, da agroindustrialização artesanal, do turismo rural e outras, exigem dos agricultores um grau educacional mais elevado e uma formação profissional contínua. Além de contribuir para aumentar os conhecimentos específicos, a educação escolar também tem um efeito positivo na capacidade de assimilação e formulação de novas idéias. A educação formal também favorece a capacidade de busca de informação, seu ordenamento e sistematização. Por isso, ela é importante para um bom desempenho na atividade agrícola.

Neste texto, que faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre agricultura familiar e sucessão profissional, desenvolvida na Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – Cepaf –, em Chapecó, discute-se a importância da educação formal no processo de forma-

ção de uma nova geração de agricultores. Os dados aqui apresentados foram retirados de uma pesquisa realizada por pesquisadores do Cepaf durante o ano 2000 e publicada com o nome de “Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar” (1). A pesquisa foi realizada em 116 unidades representativas da agricultura familiar do oeste de Santa Catarina e ouviu os pais, os filhos e as filhas entre 15 e 29 anos presentes na propriedade. Para uma melhor análise e compreensão dos dados estratificaram-se os agricultores familiares em três segmentos de renda: capitalizados, em transição e descapitalizados. Segundo Epagri/Instituto Cepa/SC (2), os primeiros correspondem a 13% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense, que proporcionam uma renda mensal superior a três salários mínimos por unidade de mão-de-obra ocupada. O segundo grupo corresponde a 29% dos estabelecimentos, que proporcionam uma renda mensal entre um e três salários mínimos por pessoa ocupada. O último grupo corresponde a 42% dos estabelecimentos agrícolas do oeste de Santa Catarina, que proporcionam uma renda inferior a um salário mínimo por mês por pessoa ocupada.

Está se tornando uma idéia corrente entre as instituições relacionadas com a agricultura familiar de Santa Catarina que as atividades como a agroindustrialização artesanal, a produção agrícola baseada nos princípios agroecológicos, o agroturismo, dentre outras, podem se constituir em oportunida-

des de inclusão dos agricultores que sofreram ruptura nas suas formas tradicionais de inserção ao mercado (milho, soja, feijão, suínos, aves, leite, etc.). Todavia, o baixo nível educacional dos atuais e futuros agricultores familiares constitui-se numa forte barreira que impede que eles se insiram dinamicamente nestes novos mercados.

Na agricultura familiar do oeste catarinense são fortes os índices de que, ao menos até recentemente, acabaram ficando na propriedade paterna exatamente aqueles jovens que tiveram menos oportunidades educacionais. Portanto, para a renovação e o fortalecimento da agricultura familiar da região, entre outras ações, é necessária a criação de uma linha específica de crédito para a instalação de jovens agricultores, e que ela venha acompanhada de um amplo programa de educação e de capacitação profissional capaz de formar uma nova geração de agricultores em condições de enfrentar as exigências tanto dos mercados de produtos tradicionais como das novas oportunidades de trabalho e renda que se configuram para o espaço rural.

A importância da educação

A escolha da profissão pelos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado. A educação formal é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina é que “fica no campo o filho que não prosseguiu nos estudos” (3). Assim, por exemplo, o grau educacional médio dos brasi-

leiros em 1997 era de 6,1 anos de estudo, enquanto que os trabalhadores rurais possuíam, em média, apenas 2,5 anos de estudo (4). Mesmo em Santa Catarina, onde o nível educacional está entre os mais elevados do País, acaba não fugindo a esta regra. A geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários – os filhos que permanecem na propriedade paterna e que já saíram da escola – tem formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda ou se fica no campo.

Os dados da Tabela 1 referem-se aos jovens presentes em 9.190 propriedades de 10 municípios representativos da agricultura familiar do oeste de Santa Catarina no ano de 1999. Eles mostram um quadro desolador quanto à situação educacional dos jovens agricultores familiares. Dos 1.940 jovens entre 25 e 29 anos – fortes candidatos à sucessão hereditária –, 1.163 (60%) estudaram apenas até a 4ª série. Nesta faixa etária está também a maior proporção de analfabetos. Ao que tudo indica, ficaram na propriedade aqueles que não obtiveram o “passaporte educacional” para ingressar no mercado de trabalho urbano. A idéia é confirmada pela situação da faixa etária imediatamente anterior: do total de 1.823 jovens entre 19 e 24 anos morando na propriedade

paterna, nada menos que 38% estudaram apenas até a 4ª série. Entre os jovens com 13 a 18 anos, esta proporção cai para 19%, mostrando que o padrão de frequência escolar alterou-se nitidamente. Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que tirar os jovens da escola na 4ª série do ensino fundamental, na década de 90, parece que deixou de ser uma prática socialmente dominante. De qualquer maneira, por mais que o padrão anterior não seja mais predominante, ele deixa uma pesada herança para os atuais processos sucessórios no interior da agricultura familiar.

O destino dos jovens que deixaram a propriedade paterna confirma a associação entre permanência na atividade agrícola e baixo nível educacional. A Tabela 2 contém informações sobre os filhos que deixaram a propriedade paterna. Das 116 famílias entrevistadas, 187 jovens tinham saído da propriedade paterna até o momento em que foi realizada a pesquisa. Destes, 61% mudaram-se para o meio urbano e 39% saíram para instalar-se no próprio meio rural, na esmagadora maioria das vezes na condição de agricultores. A Tabela 2 foi construída a partir das respostas dos 116 pais entrevistados na pesquisa e aos quais se perguntou: “até junho de 2000, quantos filhos já haviam saído

Tabela 1 – Grau de instrução dos filhos de agricultores familiares com idade entre 7 e 29 anos, em dez municípios do oeste catarinense no ano de 1999

Idade	Total	Não alfabetizado	Até a 4ª série	Da 5ª à 8ª série	Ensino médio	3º grau incompleto	3º grau completo
7 a 12 anos	3.892	35	2.774	1.083	0	0	0
13 aos 18 anos	3.845	45	726	2.301	763	10	0
19 aos 24 anos	1.823	28	697	569	465	55	9
25 aos 29 anos	1.940	80	1.163	456	192	28	21
Total	11.500	188	5.360	4.409	1.420	93	30

Fonte: Censos Agropecuários Municipais – Epagri (2).

Tabela 2 – Grau de instrução dos jovens ao saírem da propriedade paterna, segundo o local de destino (em %)

Grau de instrução	Urbano	Rural
1ª à 4ª série do ensino fundamental	36	69
5ª à 8ª série do ensino fundamental	45	31
1ª à 3ª série do ensino médio	16	0
Curso superior incompleto	1	0
Curso superior completo	2	0
Total	100	100
Número de respostas	115	72

Fonte: Silvestro et al. (1).

da propriedade paterna? Qual o grau de instrução ao sair e para onde foram (meio urbano ou rural)?” Analisando-se os dados apresentados na Tabela 2, é possível verificar o contraste entre o grau educacional dos que permanecem na agricultura e os que foram para as cidades. Pouco mais de um terço dos que se destinaram ao meio urbano têm somente até a 4ª série, proporção que sobe além de dois terços para os que saíram da propriedade paterna para prosseguir na profissão de agricultor. Com grau superior à 5ª série estão menos de um terço dos que permanecem no meio rural e 45% dos que foram para as cidades. Destaca-se, ainda, que na amostra pesquisada nenhum dos jovens que saíram da propriedade paterna para se instalar como agricultor possui grau educacional superior à 8ª série do ensino fundamental.

Os dados da Tabela 3 demonstram que o vínculo entre agricultura e baixo nível educacional resiste até às diferenças de renda entre as famílias: não há diferença no grau educacional dos jovens egressos das famílias pobres, relativamente aos que vêm de famílias mais abastadas, o que indica que a opção por educar os filhos associava-se diretamente à perspectiva de deixar a atividade agropecuária. Pior: a permanência na atividade agropecuária esteve,

até muito recentemente, associada diretamente ao desprezo pela formação dos jovens.

Esta relação fica evidenciada na Tabela 4, na qual é examinado o grau de instrução dos jovens que deixaram a propriedade paterna

em direção à cidade. Quando se comparam as Tabelas 3 e 4, constata-se que a formação educacional dos filhos que foram para as cidades é maior que a dos que ficaram na atividade agropecuária. Entretanto, entre os que foram para as cidades, o grau educacional cresce conforme a renda familiar, o que não se observa entre os que permaneceram na agropecuária. A expectativa de retorno econômico da educação é relevante quando se trata da migração para as cidades e quase inexistente para os jovens que permanecem na agropecuária.

É importante observar que a grande maioria dos jovens que migram para a cidade fazem-no para trabalhar e não para continuar seus estudos num ambiente mais propício para tanto (Tabela 5). Apenas 14% dos filhos dos agricultores entrevistados e que migraram para a cidade fizeram-no

Tabela 3 – Grau de instrução dos jovens que saíram da propriedade paterna mas que permaneceram no meio rural (em %)

Grau de instrução	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
1ª à 4ª série	69,4	69,2	69,6	69,4
5ª à 8ª série	30,6	30,8	30,4	30,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de respostas	72	13	23	36

Fonte: Silvestro et al. (1).

Tabela 4 – Grau de instrução dos jovens ao deixarem a propriedade paterna em direção às cidades (em %)

Grau de instrução	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
1ª à 4ª série	35,9	27,3	23,7	46,3
5ª à 8ª série	44,7	36,4	52,6	40,7
Ensino médio	16,5	27,3	18,4	13,0
Superior incompleto	1,0	0,0	2,6	0,0
Superior completo	1,9	9,1	2,6	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de respostas	115	12	41	62

Fonte: Silvestro et al. (1).

com o objetivo declarado de estudar.

Os dados levantados na pesquisa de campo também permitiram identificar que apenas 12,5% dos jovens que saíram da propriedade conseguiram avançar na sua formação educacional.

Com relação ao grau de instrução dos rapazes e das moças que residem na propriedade paterna, a Tabela 6 traz uma informação adicional importante: é entre os rapazes que se concentra a maior parte dos que praticamente não tiveram acesso à educação. Toda a amostra da pesquisa compõe-se de jovens com idade entre 15 e 29 anos que, em princípio, já deveriam ter completado a 4ª série do ensino fundamental. Ora, nada menos que 30% dos rapazes entrevistados têm apenas este grau de estudo. Entre as moças, esta proporção cai para 13%. É interessante observar que a idade média dos jovens que se encontram nesta situação é alta: 26 anos para as moças e 27 anos para os rapazes. Confirmando a precariedade do acesso à educação, sobretudo entre os rapazes, percebe-se que somente 22% deles possuem ou estão cursando o ensino médio (1ª à 3ª série). Esta proporção sobe para 56% entre as moças. E é aí que está a menor idade média da amostra: 44% dos rapazes têm ou cursam da 5ª à 8ª série, contra apenas 29% das moças. Mas, nesta faixa etária, a idade média das moças é muito mais baixa que a dos rapazes: 17 anos, contra 25 anos, o que leva a crer que nesta idade as moças ainda estão estudando e os rapazes não.

A própria visão dos jovens a respeito das necessidades educacionais para o desempenho da profissão agrícola varia conforme sua situação social. Assim, na Tabela 7 pode-se ver que nenhum filho de agricultor capitalizado considera possível um bom exercício profissional apenas com a 4ª série. Entre os descapitalizados, 11% dos entrevistados dizem que é possível ser agricultor somente sabendo ler e escrever, e outros 12% julgam

Tabela 5 – Objetivo principal que determinou a saída dos jovens para o meio urbano (em %)

Resposta	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Estudar	14	33	17	14
Trabalhar	86	67	83	86
Total	100	100	100	100
Número de respostas	115	12	41	62

Fonte: Silvestro et al. (1).

Tabela 6 – Grau de instrução e idade média dos jovens entrevistados residentes na propriedade paterna

Grau de instrução	Rapazes		Moças	
	(%)	Idade média (anos)	(%)	Idade média (anos)
1ª à 4ª série do ensino fundamental	30	27	13	26
5ª à 8ª série do ensino fundamental	44	25	29	17
1ª à 3ª série do ensino médio	22	19	56	18
Técnico agrícola	3	18	0	0
Curso superior	1	25	2	23
Total entrevistados	114	-	116	-

Fonte: Silvestro et al. (1).

Tabela 7 – Opinião dos rapazes quanto ao grau mínimo de escolaridade para desempenhar a profissão de agricultor (em %)

Resposta	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Saber ler e escrever	6	0	5	11
1ª à 4ª série	13	0	21	12
5ª à 8ª série	38	38	33	43
Ensino médio	32	24	36	30
Curso técnico agrícola (ensino médio)	9	28	5	4
Fazer curso da Casa				
Familiar Rural	1	5	0	0
Faculdade	1	5	0	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Silvestro et al. (1).

que é suficiente a 4ª série. Entre os agricultores em transição estas proporções são de 5% e 21%. Apenas um quarto dos filhos de agricultores descapitalizados e dos em transição associam nitidamente a agricultura ao baixo nível educacional. Já o curso técnico é necessário para 28% dos rapazes vivendo em unidades capitalizadas, mas para apenas 5% e 4%, respectivamente, dos que estão em famílias em transição e descapitalizadas.

Em suma, existe um forte contraste entre as opiniões dos jovens entrevistados a respeito das exigências educacionais para o exercício da profissão agropecuária e a situação atual dos responsáveis pelos estabelecimentos ou seus sucessores mais prováveis, cujo grau de instrução foi, e ainda é, muito precário. Portanto, uma política fundiária voltada à região em estudo, e para agricultores na faixa etária entre 18 e 30 anos, terá que se associar a métodos alternativos aos da educação formal para que o acesso à terra venha de par com uma recuperação do atraso escolar destes jovens e uma melhoria em suas habilidades profissionais.

Considerações finais

Constatou-se que os jovens com idade entre 20 e 30 anos que permanecem no meio rural, e que, provavelmente, serão os sucessores da unidade familiar, possuem um baixo grau de instrução, o que dificulta o desempenho da atividade agropecuária e, principalmente, a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o meio rural, como é o caso da agroecologia, da agroindustrialização artesanal, do turismo rural, entre outras. O grau de instrução atual compromete o próprio exercício da cidadania, na medida em que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos. A questão que mais preocupa, todavia, é que estes jovens serão os futuros sucessores das propriedades paternas, responsáveis, portanto, pelo

exercício profissional da agricultura familiar do oeste catarinense nas próximas décadas.

A população vivendo no meio rural do oeste de Santa Catarina é suficientemente importante para que um conjunto ativo de políticas possa despertar o interesse dos jovens em sua valorização. O mais importante é a reunião de um conjunto variado de esforços no sentido não só de facilitar o acesso à terra, ao crédito e aos mercados, mas também de melhorar as condições educacionais existentes no campo e assim despertar o real interesse dos jovens.

Considerando que os prováveis sucessores dos estabelecimentos agropecuários do oeste de Santa Catarina estudaram, na grande maioria, apenas até a 4ª série do ensino fundamental, o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, da região pode estar seriamente ameaçado caso não se reverta este quadro. Este jovem agricultor que assume a direção do estabelecimento familiar ficará nesta condição pelo menos por mais 20 a 30 anos, quando então será sucedido por seu filho. Ocorre que nos próximos 20 a 30 anos um agricultor com o grau de instrução da maioria dos jovens que hoje são os candidatos a sucessão da propriedade familiar terá grandes dificuldades para enfrentar os desafios de gerenciar este estabelecimento.

Embora pareça não ter sido decisiva no passado recente, agora a questão educacional poderá ser um dos fatores determinantes da inclusão ou não dos agricultores nas atividades tradicionais e, sobretudo, nas novas atividades que se apresentem para o meio rural, como é o caso, por exemplo, da agroindustrialização artesanal, da agroecologia e do agroturismo. Na formação de uma nova geração de agricultores, a educação formal entra como um componente importante e é decisiva para que eles tenham acesso às novas oportunidades de mercado e de renda. Aumentando o grau de educação formal dos futuros agricultores, so-

brevedade os mais pobres, é mais provável que eles possam se apropriar destas novas oportunidades. Caso contrário, a exemplo do que já vem ocorrendo, provavelmente outros profissionais é que se apropriarão. Por isso, é necessária a união de esforços de todos os atores preocupados com o desenvolvimento regional, no sentido de encontrar alternativas para recuperar o atraso escolar da maioria dos atuais e potenciais sucessores do estabelecimento. Mais do que isso, é necessário desenvolver métodos alternativos de educação formal que contribuam para valorizar o espaço rural e que fortaleçam as relações econômicas e sociais aí presentes.

Existe, no oeste de Santa Catarina, um conjunto variado de organizações estatais e não-estatais preocupadas com o desenvolvimento regional. É das ações em relação aos jovens que depende o futuro desta região que até hoje tem sido uma das mais importantes áreas de afirmação da agricultura familiar do país.

Literatura citada

1. SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri/Brasília: NEAD, 2001. 118p.
2. EPAGRI/ICEPA. *Censos Municipais*. Concórdia: Epagri, 1999 (mimeo.).
3. DURSTON, J. (Org.) *Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile: Cepal, 1996. 260p.
4. DIRVEN, M. *El mercado de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo en América Latina*. Santiago, Chile: Cepal, 1996. 38p.

Márcio Antonio de Mello, eng. agr., M.Sc., Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar, C.P. 791, 89801-970 Chapecó, SC, fone: (049) 328-4277, fax: (049) 328-6017, e-mail: marcio@epagri.rct-sc.br e **Milton Luiz Silvestro**, eng. agr., M.Sc., Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar, C.P. 791, 89801-970 Chapecó, SC, fone: (049) 328-4277, fax: (049) 328-6017, e-mail: miltons@epagri.rct-sc.br.